



PAISAGEM URBANA BASES CONCEITUAIS E HISTÓRICAS

**João Henrique Bonametti*

RESUMO

O presente artigo desenvolve uma retrospectiva crítica a respeito da evolução histórica dos conceitos e dos padrões de arquitetura paisagística. O estudo começa com as primeiras manifestações de desenvolvimento urbano conhecidas, que datam da mais remota antiguidade, e segue pelas civilizações mais proeminentes desse período. Percorre a Idade Média e a Era Moderna, até chegar às últimas décadas do século XX e o alvorecer do XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem Urbana; Arquitetura Paisagística; História da Arquitetura Paisagística.

ABSTRACT

The present work develops a critical review on the historical evolution of concepts and standards of landscape architecture. The study begins with the first known manifestations of urban development dating from the most remote antiquity and then follows through the most prominent civilizations of that period. It goes through the Middle Ages and the Modern Era, until the last decades of the twentieth century and the dawning of the twenty-first.

KEY-WORDS: Urban Landscape; Landscape Architecture; History of Landscape Architecture

* Arquiteto e urbanista.

Docente do Curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR e do Centro Universitário Positivo – UniCenP, Curitiba, PR.

Mestre pela Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo – EESC/USP.

Doutorando pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto-Portugal.

E-mail: pesquisa@filadelfia.br



INTRODUÇÃO

A arquitetura paisagística se iniciou quando a humanidade passou a praticar regularmente a agricultura. Era necessário que as pessoas vivessem em espaços estabelecidos e se protegessem de alguma forma. Esta nova maneira de viver começou, mais ou menos ao mesmo tempo, às margens do Nilo e no delta Eufrates/Tigre, seguindo rumo à Síria e mais tarde para o Mediterrâneo, onde, segundo os estudiosos, ficava o Jardim do Éden. Assim, as paisagens urbanas mais antigas que conhecemos são Egito, Israel e Irã, sendo que o mais primitivo desenvolvimento urbano conhecido é Jericó e data de aproximadamente 8000 a.C. (GLANCEY, 2001).

Para uma melhor análise da transformação da paisagem urbana, em primeiro lugar, faz-se necessária uma conceituação geral, bem como sua evolução histórica. É o que pretendemos que ocorra, ao longo deste artigo. Só então poderemos tentar analisar, mais profundamente, as razões que produziram nossas atuais paisagens urbanas. Para onde seguiremos depende das decisões e posições que tomaremos como profissionais com a função de construtores e modificadores da paisagem de nossas cidades.

A PAISAGEM URBANA

Quanto mais se retrata a paisagem urbana, mais ela nos escapa. No horizonte, há um mundo cada vez mais opaco. Quanto mais se observa, mais as coisas escapam e as transparências se tornam saturações.

O mundo já não se descortina, como nas perspectivas do passado, num horizonte sem fim. Já não se pode pretender observar essa paisagem de longe, como de uma janela. Qual será o destino de nossas paisagens urbanas, de suas imagens, de seus espectros descartáveis e sem significados?

Muito se falou da modernidade da paisagem urbana, da sua história, do seu lugar dentro das artes e da arquitetura. As cidades são as paisagens contemporâneas, onde o *Skyline* de São Paulo, visto do alto dos edifícios, se dilui como o chão arcaico do Pelourinho, onde as praças de Belém circunscrevem o mesmo vazio de Brasília. Paisagens urbanas — das margens lamacentas do Capibaribe, em Recife, do solo pedregoso de Sevilha, da Manaus dos igarapés, do Rio de Janeiro do Cristo Redentor e da Rua XV de Curitiba.

As paisagens urbanas não devem ser lidas somente por meio daquilo que vemos, mas também por meio daquilo com que nos identificamos; por meio daquilo que não conseguimos ver, mas sentimos; enfim, por meio de tudo o que nos ajuda a ter sensações ou, ainda, por meio de tudo o que torna a visão possível, o

que nos faz ver mais do poderíamos ver. Ao chegar a uma cidade, as primeiras impressões que se têm das edificações, das praças, das vegetações, ainda da luz, dos sons e até do ar, no qual paira a poeira de suas ruas, são indícios para se obter um verdadeiro quadro dos lugares.

As paisagens urbanas devem ser fundadas nos objetos, na luz, na cor, nos sons e na memória, assemelhando-se aos panoramas urbanos delineados por Benjamim, onde as tentativas de surpreender o brilho intenso e a delicada beleza estão presentes nas primeiras impressões e na memória das cidades. É como se as paisagens urbanas fossem resgatadas do limbo escuro em que foram confinadas. Quando se fala da paisagem urbana contemporânea, abrange-se o invisível que ela forma. Onde, pois, ocorre a paisagem? Seus limites são indefiníveis, não têm localização, hierarquia ou centro. Ela é um lugar desprovido de situação, não tem limites nem medidas, não tem interior nem exterior, nela não se está dentro nem fora. É tráfego contínuo de interesses, de paixões e de pensamentos (PEIXOTO, 1996).

A paisagem urbana também é o reflexo da relação entre o homem e a natureza, e pode ser vista como a tentativa de ordenar o entorno com base em uma paisagem natural. E o modo como ela é projetada e construída reflete uma cultura que é o resultado da observação que se tem do ambiente e também da experiência individual ou coletiva com relação a ele.

De acordo com LEITE (1994), *“Se é possível identificar os elementos que compõem o nosso entorno visível, identificar sua origem e desenvolvimento, suas inter-relações e suas manifestações específicas em cada lugar, deve-se reconhecer que esses elementos não são duradouros, mas, ao contrário, estão em contínua e incessante mutação. Da mesma forma, a experiência individual ou coletiva está, também, sujeita a variações contínuas, a uma dinâmica que deriva do processo histórico de qualificação, sobre o qual incidem os fatores mais variados, desde a evolução das relações políticas, econômicas e sociais, até o desenvolvimento das técnicas, das artes, das religiões, da filosofia.”*

Há um século não existiam arranha-céus de escritórios, subúrbios dependentes do automóvel, ruas banhadas à noite pelo brilho das luzes elétricas, aeroportos, parques de estacionamento, vias rápidas ou centros comerciais; não havia torres de transmissão por microondas, ou cadeias de restaurantes. E, apesar da familiaridade e virtual onipresença das atuais paisagens urbanas, elas são vistas em geral como vulgares e desagradáveis, porque ninguém lhes dá atenção. É quase como se tivessem sido criadas para não serem notadas. As mudanças que ocorreram neste último século foram enormes, tanto em escala como em caráter. A própria escala e durabilidade dos materiais das paisagens contemporâneas garan-



tem que elas constituirão grande parte do legado para o futuro e que informarão as próximas gerações sobre os valores e a capacidade de nossa sociedade, da mesma forma que as catedrais góticas e a imagem das cidades medievais ainda nos trazem informações sobre o homem medieval (RELPH, 1987).

As paisagens são feitas pelas idéias e pela construção. Admitindo-se que a paisagem urbana é uma mistura de arte, ciência e acaso, é compreensível que, na sua construção, ocorra a renovação das formas antigas e a criação de novas formas que venham a atender aos novos estilos de vida que lhe são atribuídos em cada momento histórico. Desta forma, os seus critérios de organização vão sendo constantemente questionados e modificados com a evolução da sociedade, das ciências e das técnicas (LEITE, 1994).

A evolução histórica da paisagem urbana e dos seus processos de intervenções mostra claramente que sempre se procuraram formas para expressar o ideal da sociedade de cada época, refletindo os seus padrões estéticos e culturais, a integração e a compatibilidade entre a arte e a técnica.

O conceito de paisagem, em geral, só começou a se difundir especialmente a partir do século XVIII, alimentado pelo espírito romântico da época, muito ligado à natureza; porém, a percepção de paisagem sempre esteve no cotidiano da sociedade. O contato com a natureza teve importância fundamental na vida das civilizações que construíram, com o passar das eras, uma relação peculiar com ela. Sofrendo variação ao longo do tempo e do espaço, a expressão das paisagens construídas determinou, alterou e influenciou as condições da vida do homem.

A PAISAGEM URBANA NA HISTÓRIA

A Natureza Determina a Paisagem Urbana

Nas civilizações do mundo antigo, estabeleceu-se com o entorno uma relação de sobrevivência, quando as suas preocupações eram controlar e embelezar a paisagem urbana. As relações então estabelecidas com o entorno davam-se dentro de uma área definida, onde se desenvolvia a vida comunitária. Havia sempre a presença da contemplação da natureza como forma de exprimir o temor e o respeito por manifestações de fenômenos contra os quais não havia defesa. Tal defesa em relação ao entorno foi, durante muito tempo, o que definiu a implantação dos sítios das civilizações antigas e suas paisagens urbanas.

Segundo LEITE (1994), "...a primeira expansão formal da área habitacional em direção ao ambiente circundante surgiu com os parques de caça assírios, decorrentes da domesticação dos cavalos. Na Índia mongólia, a paixão intuitiva pela



natureza, que os imperadores herdaram de seus ancestrais, foi associada à preocupação em integrar os edifícios com o entorno, herança dos muçulmanos. Na Índia, a fertilidade da natureza dava ao povo inclinação, tempo e condições espirituais para a contemplação metafísica. Na construção da paisagem urbana, a maior preocupação era utilizar elementos de forte simbolismo, que procuravam tornar visível o mundo invisível da espiritualidade e do significado da vida humana.”

Já nas civilizações pré-colombianas do México e da América Central, a base da organização cultural e religiosa era a adoração ao sol. Os maias e os astecas construíram enormes centros cerimoniais que dominavam a paisagem da cidade, concebida como um microcosmo, ordenado e geometrizado, entre montanhas e vales circundantes. Isso contrasta com as civilizações do Peru, que estavam permanentemente preocupadas com a sobrevivência e cuja paisagem urbana tinha caráter mais prático, direcionando-se mais para edificações de terraços de agricultura e fortificações.

O Egito antigo teve como base a sua dependência total e irrestrita ao ritmo da natureza. Desta forma, a paisagem urbana foi formada em decorrência desse ritmo. Por outro lado, os egípcios retratavam uma cultura que considerava a vida terrena uma passagem para a vida eterna.

As paisagens urbanas dos gregos possuíam e demonstravam um controle do entorno e do seu destino. A religião era importante, todavia com um significado menor que os conceitos filosóficos e artísticos. Toda a essência da paisagem urbana grega retratada em sua arquitetura — templos, teatros, praças e outros — apresentava uma completa harmonia com o entorno. Vale dizer ainda que os gregos ressaltaram os hábitos sociais centrados nas conversas informais, discursos e competições esportivas, sendo que essas atividades definiram, em grande parte a organização de suas paisagens urbanas.

A sociedade romana tinha suas leis calcadas na administração civil e militar, impondo a disciplina aos cidadãos. Assim, Roma desenvolveu uma forma original e criativa de organizar a paisagem urbana, em que a contemplação da natureza constituía um fim em si mesmo, já que os deuses mais populares entre os romanos eram o da agricultura e o da fertilidade. De certa maneira, eles adaptaram a paisagem urbana grega para os seus fins militares e colonizadores tornando-a, por assim dizer, mais funcional.

Nas civilizações antigas, de um modo geral, encontramos indícios de que a natureza era encarada como parte da paisagem urbana, formando um conjunto de elementos curioso e, ao mesmo tempo, belo.



A Paisagem dos Símbolos

Na Idade Média, a sociedade era então composta por uma maioria de iletrados e por uma religião fortemente organizada, a qual defendia que a vida terrena era simplesmente uma passagem, portanto, de um modo geral, a paisagem não deveria chamar a atenção. A preocupação do homem era muito mais a sobrevivência da alma do que a construção da paisagem urbana; a natureza lhe era perigosa e poderia abrir caminhos para pensamentos impróprios. Essa desconfiança do mundo fez que se desenvolvesse, durante esse período, uma visão simbólica da realidade.

Para LEITE (1994), “...do ponto-de-vista da paisagem, a Idade Média foi um período histórico de transição, rico no reexame de antigas idéias, na readaptação de velhas técnicas a novas situações, uma era de busca de novos caminhos. No final do período, com o afrouxar do conflito político, o desenvolvimento do comércio e a acumulação de riquezas, o homem já não se satisfazia com uma paisagem de reuniões de preciosos fragmentos da natureza num conjunto perfeito, mas procurava um novo estilo de unidade.”

No início do Renascimento, a Europa refletia o espírito do seu tempo e a paisagem urbana tinha harmonia e simplicidade, fazendo que seu conjunto unificado demonstrasse o perfeito entendimento entre natureza e ciência. O desenvolvimento das técnicas construtivas da arquitetura gótica gerou um resultado de rara combinação entre conceito, lugar e espaço. A Reforma da Igreja Católica rompeu com a teologia medieval e começaram a ser aceitas outras relações do homem com o universo, garantindo assim uma maior autonomia sobre seu destino, principalmente no norte da Europa. Desta forma, todos os campos do conhecimento humano sofreram modificações, o que influenciou a construção da paisagem e o planejamento das cidades, marcando assim o fim de uma era que seria, no século XVIII, a base da revolução inglesa da paisagem.

A Paisagem Ideal

No século XVIII, a nação era o “paraíso terrestre”, onde deveria haver total harmonia entre o homem e a natureza, resultado de uma vida terrena espiritual e materialmente compensadora. Isso ocorreu graças à perda parcial de poder da Igreja e contribuiu para o surgimento de novas idéias estéticas, mais realistas, o que resultou numa paisagem construída mais racional e visível. A paisagem, nesse período, assumiu um caráter mais arquitetônico, com grande preocupação formal, passando a ser simultaneamente bela e utilitária, estimulada pelo desenvolvimento do romantismo, marcando o início da inserção dos parques e jardins na paisagem da cidade.



Com a Revolução Industrial, tanto as cidades cujas paisagens naturais foram domesticadas como aquelas onde as paisagens estavam ainda em estado “selvagem” defenderam a volta do homem ao contato mais próximo com a natureza. A preocupação com a liberdade fez com que a produção da paisagem superasse os obstáculos que impediam a realização dos ideais humanos e expressasse o envolvimento da sociedade com os processos naturais, marcando a criatividade do século XIX.

Paisagem Pitoresca do Século XIX

A relação do homem com a natureza, nesse período, afastou o formalismo racional para seu extremo oposto, a saber, o romantismo. Porém, na maioria dos países, somente existia a visão romântica da paisagem no tocante aos parques e jardins, que conviviam com o classicismo e o neoclassicismo do desenho da cidade. Quando a rede ferroviária cortou todo o território da Inglaterra, ocorreu uma expansão urbana incontrolável e todos os interesses nacionais voltaram-se para a obtenção de matéria-prima. O Romantismo pôde então surgir como reação a uma paisagem urbana totalmente comprometida e produzida pela Revolução Industrial, recorrendo à visão pitoresca para resgatar a paisagem do século XVII.

A associação dos aspectos naturais e construídos na paisagem reconheceu as potencialidades e as restrições de cada um dos seus espaços, lançando as raízes de uma nova filosofia paisagística. Os projetos desse período concebiam as paisagens como um sistema unificado das funções urbanas e rurais, em que o reconhecimento da articulação da paisagem definia as formas da paisagem urbana. Os romances utópicos deram substância às esperanças dos reformadores, que aceitaram a arrojada tarefa de restaurar e reestruturar as paisagens das cidades. Edward Bellamy introduziu o socialismo na América e William Morris era um dos principais representantes do socialismo na Inglaterra.

A realização de tais reformas socialistas só ocorreu por causa dos avanços tecnológicos contemporâneos, que pareciam apontar para uma sociedade de futuro inteiramente diferente. As transformações revolucionaram o cotidiano das pessoas, sobretudo as das classes média e alta, e, com o surgimento do automóvel, ficou mais evidente o profundo impacto causado na forma e aspectos das cidades. Foi, entretanto, a eletricidade a maior contribuição para a transformação da paisagem urbana contemporânea, vindo a ser radicalmente diferente. A eletricidade tinha uma qualidade mágica. Era tão nova e limpa comparada com o gás e o carvão, e seus processos eram tão invisíveis que suas possibilidades de intervenção nas paisagens urbanas pareciam ser praticamente ilimitadas (RELPH, 1987).



No entanto, as paisagens urbanas do final do século XIX não se revelaram como Bellamy ou Morris desejavam. Na realidade, o capitalismo e o materialismo comercial floresceram, as cidades expandiram-se vertical e horizontalmente, o socialismo divulgado era monótono e centralizado, e as tecnologias que mudaram a face do mundo encorajaram a massificação, em vez da criatividade individual e da arte decorativa.

O planejamento urbano surgiu como uma tentativa para que as cidades funcionassem tão eficientemente quanto as fábricas, idéia que tomou formas diferentes uma das outras — regimentos municipais para definições de padrões de construção, arranjos pitorescos da cidade até os modelos para as cidades industriais, tornando-se estes os antecedentes do planejamento moderno.

Esteticamente, a cidade industrial deixava muito a desejar. Tal sentimento instigou, em parte, o revivalismo gótico na arquitetura romântica e a publicação, na Alemanha, em 1889, do livro de Camilo Sitte sobre a “Construção Urbana como Obra de Arte”, em que o desenho urbano é tratado por meio de uma concepção pitoresca, com ruas tortuosas e quarteirões irregulares além de edifícios à volta das praças da cidade. Mas, o grande modelo vitoriano para a reconstrução urbana não foi Sitte, e sim a reconstrução de Paris, por Haussmann, entre 1850 e 1860. Foi ele o planejador das avenidas, bulevares e principais parques urbanos, que deram à parte central de Paris um caráter próprio. Ao mesmo tempo, instalou sistemas de abastecimento de água e de esgoto e também estabeleceu linhas diretrizes rígidas para o desenho dos edifícios.

As últimas décadas do século XIX foram marcadas pela criação de cidades modelo, que as companhias edificavam para seus empregados. Embora isso, de certo modo, fosse paternalismo dos proprietários e uma forma de manter a força de trabalho produtiva e satisfeita, também constiuiu-se em agentes transformadores das paisagens urbanas.

A Europa do final do século XIX faz do parque o espaço aberto urbano mais importante, inserindo-o na estrutura da cidade, especialmente na reformulação de Paris, idealizada pelo barão Georges-Eugène Haussmann, prefeito do Sena durante o período de Napoleão III. Na América, acontece o Movimento dos Parques Americanos, liderado pelo arquiteto-paisagista Frederick Law Olmsted, responsável pelo projeto do Central Park de Nova York.

O parque urbano vem responder às demandas de equipamentos para atividades de recreação e lazer decorrentes da expansão urbana contemporânea. Também vem atender a necessidades de espaços amenizadores urbanos, compensando as massas construídas.

No final do século XIX, apareceram dois movimentos urbanísticos separa-

dos: a “Cidade Bela (*Beautiful City*) e a Cidade-Jardim. Originados, respectivamente, na América e na Inglaterra, acabaram por tornar-se tendência internacional. Seus proponentes percorreram diversas partes do mundo para propagar e buscar novas idéias, pois sua preocupação, como a de muitos urbanistas, era descobrir bons modelos de planejamento, e não o caráter nacional ou local.” (RELPH, 1987).

O movimento *Beautiful City* floresceu durante os primeiros quinze anos do século XX nos bulevares públicos das grandes capitais européias. A reconstrução de Paris, realizada por Haussmann, e a construção da Viena Ringstrasse foram seus modelos clássicos. Todavia, suas manifestações ocorreram em outros lugares e culturas: nas grandes cidades comerciais do centro e do oeste norte-americanos e nas capitais recém-designadas de vastas regiões do Império Britânico. Muitos ditadores totalitários procuraram impor, em suas capitais, megalomânicas visões de glória. Embora os contextos fossem muito diferentes, notam-se similaridades nos resultados (HALL, 1995).

Foi Daniel Hudson Burnham (1846-1912) o autor dos projetos de vários dos primeiros arranha-céus na cidade de Chicago (USA), durante as décadas de 1880 e 1890. Foi chefe de obras da Exposição Mundial Colombiana, uma das maiores feiras mundiais de todos os tempos, em 1893, e em 1909 idealizou o Plano de Chicago, a mais importante obra da *Beautiful City*. O conceito básico, bastante grandioso, consistia em “devolver à cidade sua perdida harmonia visual e estética, criando assim o pré-requisito físico para o surgimento de uma ordem social harmoniosa;” a cidade caótica, nascida de um crescimento demasiado rápido e de uma mistura muito rica de nacionalidades, seria posta em ordem mediante a abertura de novos logradouros, a remoção dos cortiços e a ampliação dos parques. Foi justamente essa confusão entre objetivos sociais e meios puramente estéticos a qualidade que o tornou benquisto, tanto da classe alta quanto da classe média, sustentáculos do Movimento Progressista (HALL, 1995).

A *Beautiful City* espalhou-se pelo mundo afora e a mais espetacular de suas manifestações, entre 1910 e 1935, ocorreu no Raj Britânico. E não por acaso: buscando consolidar os poderes amiúde recentes e precários em território conquistado, o Departamento Britânico para as Índias e África e o Departamento das Colônias viram-se ante a necessidade da implantação de capitais nas mais longínquas partes do globo, para fortalecer e assegurar o poder do Império Britânico. A preocupação básica era a higiene. O projeto em Lusaka incluiu a mesma divisão entre os espaços dos bairros europeus e as primitivas áreas africanas, as quais, na maioria das vezes, careciam dos serviços mais elementares.

Em comum, o que tinham todos esses planos era o uso do solo e a estrutura



colonial. A sede do governo seria instalada num núcleo central e, ao lado deste, a área empresarial; junto de ambas ficaria o centro de compras. Todos esses elementos seriam projetados em torno de um esquema viário geométrico formal, com avenidas amplas que desembocassem em anéis de tráfego. Seriam circundados por áreas residenciais européias de baixíssima densidade, onde casas unifamiliares ocultavam-se dentro de imensas propriedades privadas, e outras partes com projetos similares à Cidade-Jardim. Dentro ou próximo da área africana, haveria uma zona de compras mais primitiva (HALL, 1995).

O retorno do *Beautiful City* à Europa não foi dos mais felizes. Ocorreu na era dos grandes ditadores. A ideologia fascista tinha, em relação à cidade, muitos pontos em comum com o nazismo, dentre os quais: só a vida rural era realmente saudável; a metrópole era a origem da maioria das coisas ruins. O fascismo de Mussolini fez com que as cidades crescessem de forma desmesurada, como nunca antes acontecera.

Dentro da cidade, agora, a paisagem urbana exercia uma função deliberadamente monumental: era dessa maneira que os urbanistas da *Beautiful City* entendiam suas cidades e era dentro dessa óptica que eles procuravam transformá-las.

Já no conceito da Cidade-Jardim, idealizada por Howard, não existem apenas duas possibilidades — a vida na cidade e a vida no campo. Há uma terceira solução, na qual todas as vantagens da vida mais ativa da cidade e toda a beleza e as delícias do campo podem estar combinadas de um modo perfeito. A cidade e o campo se atraem, e cada um procura atrair para si a população. A essa rivalidade vem interpor-se uma nova forma de vida, que participa das duas outras.

No campo, há belas paisagens, parques, bosques perfumados, ar fresco e murmúrio de águas; além disso, os aluguéis são mais baixos. Todavia, a falta de diversão e as longas horas fazem com que a luz do sol e o ar puro não consigam alegrar os corações dos habitantes (CHOAY, 1965).

Nem a cidade nem o campo realizam completamente o ideal de uma vida verdadeiramente confortável e natural. O homem deve desfrutar ao mesmo tempo da sociedade e das belezas da natureza. Partindo desse pensamento, unir o campo e a cidade seria o ideal.

A Cidade-Jardim seria construída quase que no centro de uma superfície de 2.400 hectares, doada para sua população, ocupando uma área de cerca de 400 hectares, ou seja, a sexta parte da área. Ali os aluguéis da terra seriam baseados no valor anual desta e pagos aos administradores que, depois de haverem atendido aos lucros e coberto devidamente o fundo de amortização, remeteriam o excedente, ou saldo, ao conselho central da nova municipalidade, para que tal conselho o

empregasse na construção e na manutenção de todas as obras públicas necessárias: estradas, escolas parques, e outros. Seria, de preferência, de forma circular, com um raio de 1.130 metros, isto é, com um pouco mais de um quilômetro, do centro à circunferência. Suas avenidas arborizadas seriam construídas e levantadas em terreno próprio e espaçoso. As casas seriam construídas em forma de anéis concêntricos, dando frente para as avenidas (este termo designa as vias circulares), ou ao longo dos bulevares e das vias que convergem, em sua totalidade, para o centro da cidade. Possuiria também, um enorme cinturão verde ao seu redor para se tentar recuperar a volta à vida na natureza, sem se perderem as vantagens da cidade. O objetivo seria elevar o nível da saúde e do bem-estar da população, qualquer que seja sua posição social. E o meio pelo qual esse objetivo pode ser realizado é uma combinação sadia, natural, econômica, da vida da cidade com a vida do campo; e tudo isso ainda num terreno que pertence à municipalidade (CHOAY, 1965).

A Experiência da Paisagem Moderna do Século XX

No final do século XIX, começou-se a observar claramente a distinção entre o período contemporâneo e o período moderno, pela falência da tradição humanista, que dominava a Europa desde o Renascimento. Além disso, a paisagem urbana burguesa necessitava de habitações para simbolizar o seu poder econômico. Houve, então, uma construção exagerada de habitações e o aparecimento do betão armado, usado pela primeira vez em 1905, determinando uma nova forma de construção.

Os modelos utópicos de planeamento propostos por *Fourrier* (Falantérios) até a *Arturo Soria* (Cidade Linear), procuraram soluções para uma sociedade industrial que havia nascido e crescido sem um planeamento urbano, por menor que este fosse.

Na maioria destes modelos utópicos havia uma forte sensibilidade quanto à higiene das cidades, onde as plantas verdes, na presença de luz, através da transformação do anidrido carbônico em oxigênio, tornaram-se uma das grandes esperanças para melhorar a qualidade de vida urbana.

Foram criadas condições para o aparecimento de um novo conceito, *o da higiene*, e, como resultado direto disto, a vegetação, o sol e o espaço são considerados como elementos essenciais para o paisagismo e urbanismo. Indo além das questões higienistas, os ideais naturalistas se apoiam nos românticos e os objetivos ecológicos começam a aparecer nos espaços verdes urbanos.



O Planejamento da Paisagem

Nos primeiros trinta anos do século XX, um número de procedimentos e idéias para melhorar as condições de vida urbana foram reunidos num sistema denominado “Planejamento da Cidade”. De início, esse planejamento foi concebido como meio de oferecer soluções a todos os problemas urbanos, pela reconstrução radical, para embelezamento da paisagem urbana, ou pela construção de cidades-jardins completamente novas.

Entre 1918 e 1945, os Estados Unidos e a então União Soviética sobressaem como superpotências, modificando toda a economia e a política mundial, enfraquecendo os antigos imperialismos — britânico, francês e holandês — e fazendo com que a Ásia e a África ressurgissem no cenário internacional. Nesse período, o aspecto mais significativo foi o caráter de industrialização da vida urbana, da produção em massa, das novas formas de comunicação e da civilização tecnológica.

Uma crise em relação aos valores estéticos, políticos e sociais que se instalara no mundo a partir da última década do século XIX produziu uma profunda transformação na concepção da paisagem urbana, com uma procura de novos conceitos que se destacaram como correntes modernistas. Tony Garnier projeta a cidade industrial, que se destinava exclusivamente a uma comunidade industrial. Aqui, o conceito de que a função é a única componente determinante na concepção do espaço é pela primeira vez defendido.

Neste contexto de carências de habitações, gerada pela crescente industrialização é que, nos anos 20, Le Corbusier concebeu a possibilidade de criar uma cidade moderna totalmente projetada e, desta forma, durante grande parte de sua vida, elaborou projetos para cidades imaginárias ou para a reconstrução de cidades existentes. A cidade moderna, segundo ele, vive em linha reta e é moralmente melhor do que a curva, que a leva a se afundar e leva as classes dirigentes a serem derrubadas. Os planos de Le Corbusier foram apresentados nas declarações ou manifestos que escreveu nos anos 20 sobre o que chamava a “Cidade Radiosa” ou “Cidade Contemporânea”. Suas idéias foram adotadas pelo CIAM (**Congre’s Internationaux d’Archictecture Moderne**).

O novo papel da paisagem urbana passou a ser entendido como o solucionador dos problemas morais e sociais. É assim que os modernistas se referem à arquitetura, uma atividade que “*resolve problemas*”, postulando que o comportamento humano pode ser direcionado pelas condições físicas exteriores ao homem.

Ao final da Primeira Grande Guerra, os *Funcionalistas* defendiam que a *forma resultava das características determinantes dos materiais, da estrutura, do clima e da função*; já os *Expressionistas alemães*, no princípio defendiam que a *forma era o resultado da sensibilidade e sentimentos interiores do artista*; mais

tarde, passaram a defender que *ela era a manifestação física dum espírito transpessoal*. Mais ou menos no meio destas posições estavam as *Academias de Belas-Artes*, que reconheciam a influência, na forma, tanto dos condicionantes externos, como da sensibilidade do artista; porém, defendiam que *a arquitetura deveria valorizar os símbolos das instituições*, o que se contrapunha aos conceitos modernistas, que reivindicavam uma arquitetura de massa (MAGALHÃES, 2001).

A corrente funcionalista, com conceitos mais objetivos, se tornou dominante e impregnou a concepção dos espaços; no entanto, houve alguma divergência desta corrente positivista, os chamados *Organicistas*, que optaram pelo desenvolvimento do expressionismo, explorando as formas inspiradas pela natureza.

Dentro da corrente organicista, Frank Lloyd Wright desenvolveu a idéia da “Broadacre City”, alta e dominada pela máquina, e que deveria ser um empreendimento de fraca densidade populacional e de construções geralmente baixas, onde as máquinas seriam os instrumentos das pessoas.

Esta idéia de cidade, não menos grandiosa do que a de Le Corbusier, era de uma “simplicidade orgânica”, onde haveria diversos edifícios, grandes mercados e alguns arranha-céus isolados; todavia, a construção real de “Broadacre City” foi reduzida a poucas casas em algumas partes da América.

A base para a concepção da paisagem modernista, mais embasada na arquitetura dos edifícios do que na arquitetura paisagística, surge com mais força no período entre as duas guerras. A idéia da concepção paisagística era baseada em conceitos que, contrários às cidades insalubres, incidiam sobre o urbanismo e a arquitetura, o que culminou na Carta de Atenas, o manifesto de Ordenamento do Território.

O período moderno deu prioridade à função sobre a forma, e as chaves do urbanismo eram quatro: *habitar, trabalhar, recrear-se e circular*. Os espaços destas funções deveriam funcionar de maneira autônoma: o homem deveria se libertar do seu meio físico, social e econômico e a habitação deveria ser oferecida a todos.

Os conceitos e métodos de planejamento urbano que foram desenvolvidos nas primeiras décadas do século XX têm tido grande impacto na paisagem urbana moderna e foram enraizados como hábitos de pensamento incorporados às práticas oficiais depois da Segunda Guerra Mundial, quando se fez necessária a reconstrução das cidades devastadas pela guerra.

O novo urbanismo ia ao encontro do traçado barroco, onde a cidade crescia a partir de elementos fortemente ligados entre si, constituindo uma estrutura compositiva. Agora, a hierarquia dos espaços desaparecera juntamente com a



imagem de organização da sociedade barroca: a função sobrepôs-se à decoração. Os edifícios, com função explícita, eram ligados entre si e isolados do meio em que se localizavam. A arquitetura era quem determinava a paisagem e o desenho das cidades.

Anteriormente ao modernismo, as habitações tinham uma importância secundária na paisagem das cidades, sendo resultado do desenho urbano.

A paisagem das cidades foi considerada pelos modernos como um elemento do meio, tendo de ser planejada e construída pelo conhecimento científico, e o crescimento urbano obrigou a criação de um pensamento de diversos tipos de paisagem, que iam dos mais naturalistas até os mais antrópicos. Segundo MAGALHÃES (2001), “...a preocupação da objetividade e da justificação científicas das intervenções, com raízes na sensibilidade positivista cartesiana, conduziu a um verdadeiro frenesi da quantificação e à redução dos valores simbólicos e artísticos, por natureza, inquantificáveis, que tinham regido a percepção da paisagem no século XIX.”

No que diz respeito à forma, a paisagem urbana modernista não aplicou muito os conceitos da arquitetura racionalista, compatibilizando, quase sempre, a reta com a curva, as estruturas edificadas com as formas ditadas pela natureza, continuando, de certo modo, a estética romântica. O modernismo ignorou, porém, o peso simbólico que o romantismo dava à natureza, atribuindo a ela funções utilitárias. A ecologia e a função foram os principais agentes estruturadores da paisagem urbana na primeira metade do século XX.

A influência da ecologia na paisagem gerou uma contextualização, não só ecológica, mas também cultural das paisagens e foi a entidade ligante ao nível temporal, científico e espacial. Após a Segunda Guerra, houve uma grande influência corbusiana, com o verde incorporando o conceito da Carta de Atenas, e as questões ambientais do patrimônio cultural e paisagístico valorizando as áreas verdes urbanas.

Nos anos cinqüenta, enquanto Cullen examinava as paisagens urbanas na Grã-Bretanha, Kevin Lenço escrevia na América sobre aquilo que chamava a “forma sensível”. Era a coerência perspectiva das paisagens urbanas, seus espaços, a diversidade de sensações que suscitam, a sua vitalidade e o sentido de lugar e a suas seqüências de vistas. A paisagem urbana e a forma sensível são idéias perceptíveis e poderosas. E aqui se pode começar a compreender os problemas das paisagens urbanas modernas, porque é uma seqüência interessante e coerente de espaços, atividades e texturas para as pessoas que passeiam por elas.

A Pós-Modernidade da Paisagem Urbana

Na seqüência do modernismo, uma nova atitude de forte reação se instalou e idéias opostas foram se concretizando na procura de alternativas para a problemática paisagística, que, apesar de todo o esforço dos modernos, ainda se fazia presente.

MAGALHÃES (2001) declara que “...a atitude de completa ruptura com uma situação anterior, esquecendo a experiência adquirida, com os erros cometidos, é uma atitude também tipicamente modernista [...] A própria idéia de modernidade está estreitamente correlacionada com o princípio de que é possível e necessário romper com a tradição e instaurar uma maneira de viver e de pensar absolutamente nova.” Os modernos são acusados de *dividir a vida do homem, por um lado, num trabalho que detestam e, por outro, no ócio*, encarando, este último, como a única maneira de se evadir.

No final da década de 60, o período contemporâneo já estava consolidado e já não se podia fugir dos problemas da pobreza, da desigualdade social e do aumento da população mundial. A sociologia começou a apontar os grupos, e não mais os indivíduos, como a unidade básica da sociedade. Tudo isso influenciou de maneira categórica e marcante as propostas para o planejamento das paisagens urbanas a partir de então. Já no ano de 1956, o CIAM X se opõe à generalização da Carta de Atenas e marca o começo de um novo pensamento de expressão, revelando o desejo de encontrar novos modos de vida e novas formas para a paisagem das cidades.

Na paisagem, tornou-se necessário levar em conta cada detalhe entre a percepção da sociedade e a sua relação com a paisagem. À medida em que a população aumentava, a velocidade dos meios de transporte e o desenvolvimento dos meios de comunicação tornaram mais complexa a consciência do homem em relação à paisagem.

As teorias da percepção ambiental de Lawrence Haidrin, na década de 60, propuseram um processo de projeto de interpretação da paisagem, objetivando a integração das pessoas e não apenas dos edifícios. Segundo ele, as pessoas são parte das paisagens urbanas e, como tal, são influenciadas por elas.

Olhando para as paisagens pós-modernas, vemos que o movimento ecológico das últimas décadas foi o pano-de-fundo para as propostas de projetos mais recentes, em que a crítica ao modelo de crescimento econômico dos anos 70 e sua incapacidade em resolver os conflitos sociais, resultaram no descontrole na utilização dos recursos naturais, causando todas as catástrofes ambientais contemporâneas.

A paisagem urbana neste período abordou a questão de síntese, no tocante

ao projeto dos espaços livres urbanos, onde o autor dos projetos, além do conhecimento, pode contar com a intuição e seus pré-conceitos. De certa forma, ocorreu uma volta à visualização espacial clássica e neoclássica utilizada pela Escola de Belas-Artes, no século XIX. A alusão e a metáfora passam a constituir dois dos elementos básicos na produção dos espaços da paisagem urbana. MAGALHÃES (2001) diz que “...contra o esvaziamento simbólico do modernismo, a semiótica impregna a Arquitetura, que passa a ser considerada como uma linguagem.”

O desenho urbano é, na paisagem urbana pós-moderna, o objeto no qual se sintetizam todas as funções e os conhecimentos para a composição dos espaços. Aqui, a autonomia dos elementos urbanos é rejeitada e se redescobre o encadeamento do traçado barroco, sendo a preocupação funcional substituída pela preocupação da linguagem simbólica. Começam a ser procurados novos tecidos urbanos e se reconhece a impossibilidade de tratar a cidade como um todo: todos os caminhos parecem possíveis e tudo se abre para novas descobertas.

Conclusões

Em síntese, as paisagens urbanas, como todas as paisagens, são coisas ponderadas, lentas nas mudanças e ainda mais lentas na reação a idéias inovadoras quanto à forma de como o mundo deve parecer. Além disso, nem todos os locais tendem a reagir às mudanças da mesma forma. Os centros das cidades, provavelmente em razão dos valores elevados dos terrenos e da intensidade de utilização, parecem ter sido os primeiros a refletir as mudanças, enquanto que as ruas principais sofreram poucas alterações desde as primeiras décadas do século XX.

Até aproximadamente 1940, a paisagem foi marcada pelo desenvolvimento das formas urbanas mais antigas, à medida que surgiam novas tecnologias e conceitos. É claro que foram criadas infra-estruturas para os automóveis, mas foram pequenas as mudanças e, mesmo quando as ruas eram completamente novas, eram ladeadas por edifícios de três ou quatro pisos e tinham um tipo de escala e de decoração. Em resumo, a forma das ruas manteve-se, em grande parte, como há séculos.

O panorama citadino envolveu as mudanças drásticas que acompanharam a arquitetura modernista, o desenvolvimento das companhias e o planejamento institucionalizado, atingiu o ápice nos anos 60 e 70 e mantém-se até o presente, embora menos intensamente. Le Corbusier procurou criar formas urbanas inteiramente novas e eliminar a rua, torná-la uma máquina de tráfego. A paisagem urbana moderna passou a ter formas racionais e não mais “sensuais”, com suas ruas compridas e estreitas, com os edifícios sendo projetados sem preocupação com o

entorno e com as fachadas pouco decoradas, chamando para o interior do edifício toda a atenção do pedestre.

O modernismo esteve em gestão durante 50 anos antes de começarem a se reestruturar as paisagens urbanas em larga escala; o pós-modernismo parece ter tido uma gestão de menos de uma década até que seus efeitos nas cidades se tornassem visíveis.

Num caso modelo, as paisagens de todas essas fases seriam encontradas em justaposição. Em cidades ou centros urbanos menores é, no entanto, absolutamente possível que uma, ou mais, dessas fases não esteja presente.

A chamada supermodernidade contemporânea da globalização marca as paisagens atuais, onde o conceito pós-moderno de identidade está sendo substituído pelo conceito do *não-lugar*, relacionado aos espaços anônimos das cidades, semelhantes em todo o mundo. Devemos compreender a paisagem urbana individualmente, através dos significados globais, que muitas vezes estão ausentes, e o que se impõe é a neutralidade. De certa forma, há um retorno ao “*menos é mais*” de Mies Van der Rohe, na corrente *minimalista*. A simplicidade do modernismo parece renascer e os espaços são aceitos pelo que são e não mais pelo que significam, independentes do contexto. Porém, na arquitetura paisagística ainda é muito cedo para se afirmar os termos formais em que o supermodernismo se manifesta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades; uma antologia**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1965.
2. CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo, M. Fontes, 1983.
3. GLANCEY, Jonathan. **A História da Arquitetura**. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
4. GEOFREY, Susan Jellicoe. **El paisaje del hombre: la conformacion del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días**. Barcelona: G. Gilli, 1995.
5. HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. São Paulo, Perspectiva, 1995.
6. HOWARD, Ebenzer. **Cidade-jardins de amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1990.
7. LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. **Destruição ou desconstrução**. São Paulo: HUCITEC-FAPESP, 1994.
8. MAGALHÃES, Manuela Raposo. **A arquitetura paisagista. Morfologia e complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa Ltda., 2001.
9. PEIXOTO, N. B. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC/Ed. Marca D'Água, 1996.
10. RELPH, E. **A paisagem urbana moderna**. Lisboa, 70, 1987.